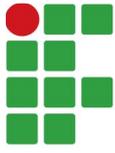


1
2
3 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO**
4 **FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ, DO DIA 11 DE**
5 **NOVEMBRO DE 2021**
6

7 Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às nove horas, por
8 videoconferência, reuniu-se o Conselho Superior do Instituto Federal de Educação,
9 Ciência e Tecnologia do Paraná, em reunião extraordinária, sob a presidência do Reitor
10 Odacir Antonio Zanatta, com a presença dos seguintes conselheiros: Camille Proença
11 Vieira, Ciro Bachtold (substituto de Ana Radis), Cleverton Vicentinni, Conrado Lara,
12 Dayane Gomes, Everton Ribeiro (substituto de José Barbosa), Iara Aquino Henn, Irineu
13 Mario Colombo, Marcelo Estevam, Marcelo Mazzetto, Mateus Das Neves Gomes, Nilton
14 Brandão, Patricia Teixeira, Paulo Yamamoto, Rafael Poltronieri, Reinaldo Nishikawa
15 (substituto de Vanessa Vogt), Rodolfo Fiorucci, Rosana Veronese e Silvana Aparecida
16 Marcondi. Justificaram ausência: Ana Radis, Hian Brasil, José Barbosa, Mauricio Gariba,
17 Sonia Regina Fernandes e Vanessa Vogt. Como convidadas, participaram: Ana Raquel
18 Harmel e Karina Bonilaure. A reunião foi secretariada por Danniell Antonietto Chagas e
19 Simone Block Samulewski, da Secretaria dos Órgãos Colegiados. O presidente iniciou a
20 reunião dando as boas-vindas a todos. No **Expediente**, “**Informes Gerais**”, o presidente
21 informou as ausências justificadas. Na **Ordem do dia**, **item 1**, “**Processo**
22 **23411.014540/2019-52, referente ao Programa de Gestão – Teletrabalho**”, o
23 conselheiro relator Marcelo Mazzetto apresentou parecer favorável à proposta
24 apresentada, com sugestões e observações presentes em seu relato. O presidente
25 invocou o artigo 18 do Regimento deste Conselho, para consultar o pleno a respeito da
26 participação das servidoras Ana Raquel Harmel e Karina Bonilaure, presidente da
27 Comissão responsável pro Programa de Gestão e Pró-Reitora de Gestão de Pessoas do
28 IFPR, respectivamente, para uma breve apresentação a respeito do Programa de Gestão
29 e eventuais esclarecimentos. A proposta de participação das servidoras foi colocada em
30 apreciação, sendo aprovada por unanimidade. Assim, Ana Raquel fez uma apresentação
31 sobre o tema, contendo sua fundamentação legal, regulamentação, abrangência,
32 descrição do Teletrabalho, objetivos, atividades abrangidas e não abrangidas,
33 implementação, acompanhamento, sistema de monitoramento, atribuições e

34 responsabilidades do participante, e, por fim, indenizações e vantagens. Após
35 considerações dos conselheiros, o presidente agradeceu a participação das convidadas.
36 O conselheiro Nilton Brandão pontuou que o Sindiedutec cumpriu o papel que se
37 comprometeu, qual seja, levar o tema ao debate. Falou que o momento é inoportuno para
38 sua aprovação, diante da conjuntura atual e a precarização do serviço público. Solicitou
39 declaração de voto, que foi encaminhado ao e-mail da Secretaria dos Órgãos Colegiados.
40 Dayane Gomes sugeriu que no artigo XIII os critérios para os interessados à adesão ao
41 programa sejam objetivos, e estejam ligados à compatibilidade das atividades a serem
42 desempenhadas no regime de teletrabalho, às condições de infraestrutura do servidor, à
43 manifestação individual do servidor sobre seu interesse no teletrabalho, e, por fim, que as
44 questões colocadas a partir do inciso II ao X sejam consideradas como critérios de
45 avaliação e permanência no programa. Patricia Teixeira reforçou o pedido da conselheira
46 Dayane e sugeriu que fossem inseridos dois capítulos no manual, um de boas práticas em
47 Comunicação e boas práticas em T.I., bem como que as instâncias competentes
48 participem da elaboração desses textos. Sugeriu também a alteração do nome do manual,
49 para “Manual de Boas Práticas para o Teletrabalho” ou algo similar. O relator informou que
50 a questão levantada a respeito dos critérios não foi colocada nas sugestões de seu relato
51 justamente para vir ao debate, acatando as sugestões apresentadas. Acatou também as
52 sugestões da conselheira Patricia Teixeira. Iara Aquino falou sobre a importância da
53 retirada de pauta sobre o tema em reunião anterior, exaltando o debate democrático e
54 participativo. Sem mais manifestações, o presidente colocou a matéria em votação, sendo
55 aprovada por maioria absoluta, com 2 (duas) abstenções por parte dos conselheiros
56 Nilton Brandão e Irineu Mario Colombo. O conselheiro Nilton Brandão apresentou
57 declaração de voto, nos seguintes termos: “Registro inicialmente que como representante
58 dos trabalhadores reivindiquei a retirada de pauta deste processo quando veio pela
59 primeira vez a este Conselho Superior com a justificativa de que a proposta não havia
60 passado por nenhuma discussão com os trabalhadores do IFPR e sequer a
61 representação dos trabalhadores foi chamada para contribuir com o debate. Aprovada a
62 retirada e encaminhada a discussão, o SINDIEDUTEC-Sindicato promoveu encontros (on
63 line), aberto a todos os servidores do IFPR e amplamente divulgado, para debater a
64 minuta apresentada. Registro os eventos do dia 22/04/2021 – Evento conhecido como
65 Quinta Sindical como registrado no link a seguir



INSTITUTO FEDERAL

Paraná



Ministério da Educação

66 <http://www.sindiedutec.org.br/noticias/2/noticias/2071/quinta-sindical-trata-de-teletrabalho>;

67 o outro em 27/05/2021 – também na Quinta Sindical – registrado no link

68 [http://www.sindiedutec.org.br/noticias/2/noticias/2097/quinta-sindical-trata-do-programa-](http://www.sindiedutec.org.br/noticias/2/noticias/2097/quinta-sindical-trata-do-programa-de-gestao-e-teletrabalho)

69 [de-gestao-e-teletrabalho](http://www.sindiedutec.org.br/noticias/2/noticias/2097/quinta-sindical-trata-do-programa-de-gestao-e-teletrabalho). Em 16/06/2021 – chamou a comunidade para acompanhar o

70 evento especial sobre o tema com a participação da diretora de Gestão de Pessoas do

71 Instituto Federal do Tocantins (IFTO) e do pró-reitor de Gestão de Pessoas do Instituto

72 Federal de Brasília (IFB), tendo como mediadora dos diálogos a pró-reitora de Gestão de

73 Pessoas do IFPR, link [http://www.sindiedutec.org.br/noticias/2/noticias/2112/programa-de-](http://www.sindiedutec.org.br/noticias/2/noticias/2112/programa-de-gestao-)

74 [gestao-](http://www.sindiedutec.org.br/noticias/2/noticias/2112/programa-de-gestao-) (teletrabalho)-sera-tema-de-evento-nesta-quarta-(16). Em 05/08/2021 – na forma

75 do seu Estatuto, convocou Assembleia Geral também amplamente divulgada para

76 deliberar sobre o assunto (Quinta Sindical) como registrado no link

77 [http://www.sindiedutec.org.br/noticias/2/noticias/2146/assembleia-geral-extraordinaria-](http://www.sindiedutec.org.br/noticias/2/noticias/2146/assembleia-geral-extraordinaria-chama-para-a-discussao-do-plano-de-gestao-teletrabalho)

78 [chama-para-a-discussao-do-plano-de-gestao-teletrabalho](http://www.sindiedutec.org.br/noticias/2/noticias/2146/assembleia-geral-extraordinaria-chama-para-a-discussao-do-plano-de-gestao-teletrabalho). A assembleia deliberativa da

79 categoria, aprovou pontos que considerou importante que fossem alterados em relação à

80 proposta apresentada para consulta pública como condição para que o voto seja favorável

81 quando a proposta for novamente encaminhada ao Conselho superior para deliberação

82 final, com as respectivas justificativas e fundamentações. Como representante de

83 trabalhadores este conselheiro tem claro que o teletrabalho poderá beneficiar de forma

84 pontual alguns trabalhadores. Em sintonia com manifestações favoráveis de muitos

85 trabalhadores que querem a implantação do programa, não cabe apresentar voto

86 contrário à sua aprovação. Porém, considerando sua lógica produtivista e principalmente

87 o fato de que aspectos importantes debatidos e sugeridos pela assembleia da categoria

88 não foram atendidos: a título de ilustração cito o Item IV do Artigo 10 que remete ao Item

89 XI do artigo 25 que atribui ao servidor a obrigação de “providenciar as estruturas físicas e

90 tecnológicas necessárias, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação,

91 mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos,

92 assumindo, inclusive, os custos referentes à instalação de softwares, conexão à internet,

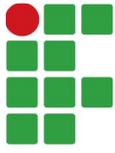
93 energia elétrica e telefone, entre outras despesas ...” justifico meu voto pela abstenção.”

94 No **item 2, “Informações sobre a reunião realizada em 27 de outubro de 2021”**, antes

95 de iniciar o item de pauta, a Conselheira Patricia Teixeira solicitou uma questão de ordem.

96 Solicitou esclarecimentos a respeito do cancelamento do e-mail institucional do

97 Conselheiro Irineu Mario Colombo, direito este resguardado em virtude das atuações



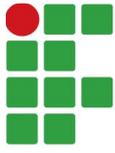
INSTITUTO FEDERAL

Paraná



Ministério da Educação

98 previstas no artigo 8º do Regimento deste Conselho. Pontuou que, uma vez que foi
99 retirado o acesso a seu e-mail e ao Sei, sua participação como Conselheiro fica
100 comprometida. Deste modo, solicitou esclarecimentos pautados do Regimento. O
101 Secretário Dannel Chagas informou que o acesso ao Conselheiro Colombo foi concedido
102 através de um link, enviado juntamente com o convite para a reunião, para que os
103 membros que não possuem acesso ao Sei possam consultar todos os processos em
104 pauta. O presidente falou sobre os itens solicitados via e-mail pela Conselheira Dayane
105 Gomes, informando que foram encaminhados às áreas técnicas, e que está sendo
106 verificada, inclusive, a questão do e-mail institucional aos servidores inativos. Patricia
107 respondeu que não se sentiu contemplada nos esclarecimentos visto que não estão
108 pautados no Regimento, solicitando o seguinte encaminhamento: que o acesso ao e-mail
109 institucional seja concedido ao Conselheiro Irineu Colombo independentemente de sua
110 aposentadoria, para que ele possa cumprir suas devidas funções, bem como que
111 qualquer Conselheiro possua as garantias previstas no artigo 8º do Regimento. Nilton
112 Brandão solicitou uma questão de ordem, falou sobre uma das primeiras reuniões do
113 Sindiedutec com a Reitoria a respeito da reivindicação dos e-mails institucionais aos
114 servidores aposentados, onde o Reitor se comprometeu a resolver o problema. Assim,
115 solicitou que o e-mail institucional dos servidores aposentados seja mantido, em vista da
116 continuação da interação do servidor com a instituição. O Conselheiro Irineu Mario
117 Colombo reforçou a questão de ordem trazida pelos Conselheiros, ressaltando que a
118 aposentadoria dos servidores é um ato complexo, em vista de estar submetido ao Tribunal
119 de Contas da União por 5 (cinco) anos, que o vínculo com a instituição continua, e que o
120 servidor ainda pode responder Processo Administrativo Disciplinar, sendo esta
121 comunicação através de meios oficiais. Por fim, falou que espera que não tenha perdido
122 seu acesso ao e-mail institucional devido à sua participação na reunião do dia 27 de
123 outubro. O presidente garantiu ao Conselheiro Irineu Colombo que pode ter acontecido
124 uma mera e infeliz coincidência, e que está acatada a sugestão de restabelecer o e-mail
125 do Conselheiro, e posteriormente os demais e-mails dos servidores aposentados. Dayane
126 Gomes solicitou que no estudo/trabalho que as áreas técnicas estão verificando em
127 relação a seus pedidos, seja indicada a quantidade disponível/comprometida de
128 e-mails/espço na nuvem, em vista do orçamento disponibilizado para viabilizar o
129 aumento de espaço. Ressaltou que a prática de manter e-mails de servidores



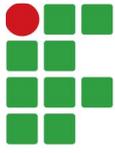
INSTITUTO FEDERAL

Paraná



Ministério da Educação

130 aposentados e alunos é muito comum em outras instituições de ensino. O presidente
131 comentou que o assunto foi amplamente discutido no Colégio de Dirigentes, e sugeriu
132 que na próxima reunião do Conselho Superior, na parte do Expediente, o Diretor de
133 Tecnologia da Informação e Comunicação do IFPR, Onivaldo Flores Junior, faça uma
134 rápida apresentação a respeito do tema. Dayane informou que não estará presente na
135 próxima reunião ordinária em vista de sua licença capacitação, mas que deixa o pedido
136 da participação do servidor Onivaldo Flores Junior encaminhado, para os devidos
137 esclarecimentos. Sem manifestações contrárias, a proposta foi aprovada por
138 unanimidade. Na sequência, a respeito do item em pauta, presidente informou que por
139 estar em férias, por seu primeiro substituto, Paulo Yamamoto, encontrar-se na reunião do
140 Conif em Brasília, e por seu terceiro substituto, Nelson Neto, também encontrar-se em
141 férias, a convocação para a reunião do dia 27 de outubro suscitou uma série de dúvidas
142 por parte do Gabinete e da SOC, motivo pelo qual o processo foi enviado à Procuradoria
143 Federal junto ao IFPR. Solicitou que o Secretário Danniell Chagas efetue a leitura do
144 Parecer nº 00342/2021/PF-IFPR/PFIFPARANÁ/PGF/AGU, constante no processo
145 23411.011776/2021-51, que concluiu pela não convalidação do ato. Patricia Teixeira
146 solicitou uma questão de ordem, requerendo a leitura do texto enviado pela Conselheira
147 Vanessa Vogt ao chat da transmissão do YouTube. O presidente solicitou a leitura ao
148 Secretário Danniell, que assim fez, nos seguintes termos: “Bom dia conselheiros, acabo de
149 ter acesso ao relato da procuradoria federal sobre o processo do reordenamento e
150 gostaria de esclarecer alguns pontos a esse conselho haja vista que estou impossibilitada
151 de acompanhá-los nessa reunião devido estar acompanhado meu marido que é pessoa
152 com deficiência em uma consulta de urgência devido a uma queda. Nesse momento
153 estou aguardando os exames de raio-x. Informo que efetuei apenas o cancelamento do
154 link da reunião, haja vista a impossibilidade de incluir o relato pelo sobrestamento do
155 processo em razão do envio à Procuradoria Federal. No entanto, que a convocação se
156 deu por mais 2/3 dos membros, e que ao verificar o regimento interno, observo que o
157 cancelamento da reunião não tem previsão regimental. Entendo desta forma, que a minha
158 atuação cancelando o link como a da Patrícia enviando um novo link se deu apenas em
159 razão da inércia da SOC em tramitar o processo e encaminhar o link de acesso à reunião.
160 Estou a disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.” O presidente
161 informou que compete à SOC fazer a convocação das reuniões, que não foi inerte e que



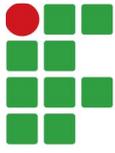
INSTITUTO FEDERAL

Paraná



Ministério da Educação

162 se movimentou para esclarecimento de dúvidas, haja vista que até no penúltimo dia da
163 reunião, não havia quórum suficiente. Falou que não houve oficialmente a convocação e
164 houve o cancelamento por manifestação da Conselheira Vanessa, que liderava o grupo
165 até o momento e que ela mesma manifestou-se favorável ao envio à Procuradoria Federal
166 junto ao IFPR. Dayane Gomes solicitou questão de ordem, pedindo correção por parte do
167 presidente e informando que o Regimento prevê que a convocação será feita pelo
168 presidente ou por 2/3 dos membros. Falou que o encaminhamento da convocação é outra
169 questão, e que não é responsabilidade da Secretaria dos Órgãos Colegiados. Falou que a
170 SOC não tem poder para convocar ou deixar de convocar uma reunião do Conselho
171 Superior, e que a Conselheira Vanessa não possui competência regimental para
172 individualmente promover qualquer convocação ou cancelamento da convocação.
173 Comentou que há no processo requerimento formal dos conselheiros para a reunião,
174 respeitando as 24 (vinde e quatro) horas previstas no regimento. O presidente lembrou
175 que no item 44 do parecer consta que legitimamente a SOC possui competência para
176 convocar as reuniões do Conselho. Rodolfo Fiorucci desafiou o presidente ou qualquer
177 membro a encontrar algum vício no ato da reunião do dia 27 e que mostre no regimento
178 onde consta que compete à SOC convocar a reunião, e qual o poder da SOC para tanto.
179 Sobre o item 44 do parecer da Procuradoria, falou que acredita que houve algum
180 equívoco de entendimento, e que o Regimento que deve conduzir os trabalhos. O
181 presidente ressaltou que a SOC apenas solicitou esclarecimentos para que ela possa
182 expedir a convocação, e releu alguns itens do parecer. Patricia Teixeira falou da maneira
183 enviesada que o processo foi encaminhado à Procuradoria, visto que nele consta o ato de
184 chamamento da reunião. Falou que o que inexistente é o ato da SOC, que não cumpriu suas
185 funções, mas ressaltou que uma vez que a SOC não assessora este Conselho, não há
186 previsão no Regimento de que ele não possa se reunir. Lembrou o motivo da convocação
187 da reunião do dia 27 por 2/3 dos Conselheiros, de que, à revelia da vontade da
188 comunidade do IFPR em relação ao reordenamento apresentado a parlamentares
189 federais, com 4 divisões e com parecer desfavorável em 3 momentos e duas instâncias
190 (Codir e Consup), e que o dirigente máximo da instituição deu andamento à proposta.
191 Falou que a Conselheira Vanessa foi impedida de instruir o processo com seu relato, que
192 foi o tema da pauta da reunião do dia 27. Comentou que há outras questões para
193 consultar a Procuradoria, como o e-mail recebido 3 (três) minutos antes da reunião,



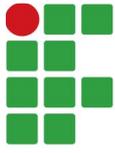
INSTITUTO FEDERAL

Paraná



Ministério da Educação

194 intitulado “Aviso: Reunião Extraordinária do Consup” e enviado pelo Reitor Substituto
195 Paulo Yamamoto, informando que não há ato oficial de convocação. Falou sobre a inércia
196 da SOC e da Comunicação, questionando se, uma vez que a SOC não dá apoio ao
197 Conselho, as reuniões não acontecem? Ressaltou que a SOC não está a serviço da
198 gestão do IFPR, e sim, ao Conselho Superior. Solicitou uma reflexão sobre o tema, diante
199 da revelia do dirigente máximo sobre o reordenamento do IFPR em relação à vontade da
200 comunidade. Por fim, solicitou esclarecimentos do presidente a respeito do
201 reordenamento, falou que a abertura de diligência soa como ameaça e assédio diante dos
202 fatos ocorridos, e fez o seguinte questionamento: “se a SOC como órgão assessor,
203 cancelar uma reunião do Conselho Superior, é isso que vale, e não a convocação de seu
204 presidente?” O presidente lembrou que, enquanto perduraram dúvidas a respeito da
205 constituição do ato não houve convocação. Irineu Mario Colombo comentou que a
206 subscrição é apenas o aceite/concordância dos membros, e não necessariamente a
207 assinatura. Falou que a validade ou não da reunião, bem como o tema discutido muito
208 interessa ao momento político do Brasil. Falou sobre a importância de ouvir a
209 comunidade, e solicitou que a ata da reunião do dia 27 seja convalidada nesta reunião.
210 Cleverton Vicentini comentou que gostaria que a solicitação à Procuradoria também fosse
211 encaminhada quando a decisão deste Conselho Superior, do Colégio de Dirigentes e da
212 comunidade em relação ao reordenamento foi desrespeitada. Pontuou que a proposta de
213 reordenamento como foi colocada não nos interessa, pois não abre vagas para alunos e
214 servidores. Falou sobre os interventores que virão caso o reordenamento ocorra e sobre o
215 desrespeito aos princípios democráticos, que desencadeou na reunião do dia 27. Por fim,
216 solicitou esclarecimentos ao presidente e a seu substituto Paulo Yamamoto. Nilton
217 Brandão falou que qualquer dúvida a respeito do Regimento não autoriza a SOC a fazer
218 qualquer consulta à Procuradoria, e que quem fez a consulta deve assumir a
219 responsabilidade. Falou que a Conselheira Vanessa apenas cumpriu suas funções
220 enviando o link de convocação, e qualquer responsabilização será tratada como
221 perseguição. Comentou que não vê ilegalidade na reunião realizada em 27 de outubro,
222 sugerindo a convalidação da reunião na data de hoje. O presidente esclareceu que nem
223 passa em sua cabeça responsabilizar alguém. Rodolfo Fiorucci falou que uma questão
224 tão importante, que é a divisão institucional, está sendo direcionada, em vista da clareza
225 do Regimento. Falou sobre o desrespeito à decisão do Consup a respeito do



INSTITUTO FEDERAL

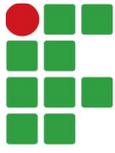
Paraná



Ministério da Educação

226 reordenamento, e sobre as falas dos deputados e as matérias jornalísticas com
227 exposições graves à pessoa do Reitor do IFPR. Comentou sobre a Nota apresentada no
228 site do IFPR a respeito do tema, falou sobre a inação do Reitor em exercício à época em
229 defender a postura do Instituto, e sobre a inação da SOC em assessorar o Conselho. Por
230 fim, pontuou que até o momento não há uma explicação/manifestação da Reitoria
231 contraditando o que foi dito pelo deputado Ricardo Barros, solicitando esclarecimentos.
232 Dayane Gomes solicitou a viabilização do funcionamento do Conselho Superior e dos
233 atos encaminhados tanto pelo presidente quanto por seus conselheiros, pois alguns
234 questionamentos apresentados não foram respondidos com base no Regimento, como
235 forma/estratégia/manobra de levar a questão para um parecer, sem levar em
236 consideração o Regimento do Conselho Superior. Solicitou um cuidado maior na
237 condução dos trabalhos do Consup, para que isso não venha a inviabilizar ou cercear as
238 prerrogativas do presidente ou de seus membros. O presidente fez um breve histórico
239 sobre a proposta de reordenamento encaminhada pelo MEC até as negativas dos
240 Colegiados e da comunidade do IFPR. Informou que no período de consulta à
241 comunidade, a bancada do Paraná foi se movimentando para dividir o IFPR. Falou que as
242 respostas das consultas no IFPR foram encaminhadas ao MEC no dia 20 de setembro,
243 que o MEC tem a postura de chamar o Reitor para tratar de quaisquer assuntos
244 relacionados ao IFPR, que no dia 21 de setembro foi chamado pelo MEC para participar
245 de uma reunião com o ex-deputado Alex Canziani, com a deputada Luiza Canziani e o
246 Prefeito de Londrina para implementação de uma possível Reitoria em Londrina, e que
247 deixou claro que a comunidade foi desfavorável ao reordenamento. Comentou que no dia
248 23 de setembro foi chamado novamente para uma reunião no MEC com as autoridades
249 de Maringá e o Deputado Ricardo Barros, em vista da solicitação de abertura de um
250 Campus na cidade, e que nesse dia, embalados pela proposta de reordenamento,
251 apresentaram também uma proposta de Reitoria em Maringá. Falou que, no dia 29 de
252 setembro, foi convidado a participar de uma reunião com a Câmara Municipal de
253 Paranaíba, juntamente com o Diretor José Barbosa, onde foi oferecida uma Reitoria na
254 cidade. Informou que na ocasião, advertiu sobre a resposta do IFPR em relação ao
255 ordenamento, bem como sobre a impossibilidade de um Campus e uma Reitoria estarem
256 no mesmo espaço, conforme prevê o Estatuto do IFPR. Comentou que no dia 14 de
257 outubro, novamente foi apresentada - agora com a participação do Ministro e do

258 Secretário Tomás, a proposta de criação de uma Reitoria em Paranavaí. Falou que o
259 Ministro comentou sobre a inviabilidade da criação de uma Reitoria na cidade, mas que se
260 comprometeu a avaliar a questão de reenquadramento do Campus Paranavaí. Comentou
261 que no dia 04 de outubro recebeu uma ligação do Coordenador da Bancada do Paraná,
262 Deputado Toninho Wandscheer, informando que a proposta de reordenamento é
263 efetivamente da bancada, para tocar o processo de novos Institutos no Paraná. Disse
264 que, na ocasião, informou o Deputado sobre a decisão da comunidade do IFPR, e que o
265 mesmo falou que como representantes legítimos do povo paranaense, irão tocar o
266 processo. Comentou que o Deputado solicitou um estudo técnico para apresentar à
267 bancada, colocando alguns limites institucionais e que, caso não o fizesse, iriam tocar o
268 processo da mesma maneira. Comentou que fez o estudo técnico e encaminhou via
269 Ofício no dia 04, pois foi informado que o Secretário da Setec e o Secretário Executivo,
270 respectivamente, Tomás e Vitor, teriam até meio dia de terça-feira, dia 05, para
271 encaminhar a proposta ao Planalto. Informou que daí para frente não possuiu mais
272 participação no processo, e que na sequência, por pressão política dos Deputados
273 Ricardo e Felipe Barros, definiram por uma Reitoria em Londrina e outra em Maringá.
274 Assim, o restante da bancada se manifestou diante da proposta, informando que ela não
275 atendia as premissas definidas pelo MEC, e começaram a trabalhar a proposta de mais
276 um Instituto, que parece que é a proposta que está em tramitação. Falou que não teve
277 como convocar o Consup para deliberar sobre o tema, pois recebeu a ligação em um dia
278 para apresentar o estudo técnico no outro, que em seu estudo levou em consideração os
279 aspectos de arranjo produtivo, cultural, social e territorialidade, e que tem brigado pela
280 defesa institucional a todo momento. Por fim, falou que a fala do Deputado Ricardo
281 Barros, citando nominalmente seu nome, provavelmente se deu em razão da sua defesa
282 na criação de um Campus em Maringá. Rodolfo Fiorucci falou que na fala do Deputado
283 Ricardo Barros, ele agradece o Reitor pela concordância com o processo de
284 reordenamento, questionando se o Deputado falou a verdade ou não. O presidente
285 informou que isso foi por conta do Deputado Ricardo Barros, e que não tem condições de
286 controlar o que as pessoas vão falar. Iara Aquino falou que se sentiu ofendida com a fala
287 em que a Deputada Luiza Canziani menciona que a comunidade do IFPR concordou com
288 o reordenamento, e perguntou se é possível elaborar uma Nota do Conselho
289 esclarecendo a negativa da comunidade do IFPR e encaminhar ao MEC e aos



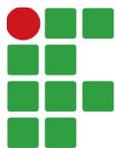
INSTITUTO FEDERAL

Paraná



Ministério da Educação

290 Deputados, com a devida publicidade no Sei. O presidente informou que o artigo 41 do
291 Regimento diz que as decisões do Consup serão formalizadas em Resoluções,
292 Pareceres, Recomendações ou Diligências, e que sugere que se faça uma recomendação
293 ao Reitor, para que ele encaminhe ao MEC e aos Deputados um documento produzido
294 pelo próprio Conselho Superior. Patricia Teixeira falou que a justificativa do Reitor não é
295 aceitável, pois não houve transparência e o Conselho deveria ter sido consultado, e
296 sugeriu que, ao encontro da sugestão da Conselheira Lara, os meios de Comunicação
297 oficiais do IFPR e fora dele também sejam comunicados. Após considerações, o
298 presidente acatou as sugestões apresentadas pelas Conselheiras Lara e Patricia, e propôs
299 o encaminhamento de uma diligência à Procuradoria Federal para esclarecimento dos
300 apontamentos apresentados na reunião de hoje, para que na próxima reunião seja trazida
301 a proposta de validação da reunião do dia 27 de outubro. Dayane Gomes questionou
302 sobre a relatoria da diligência. O presidente solicitou o apoio da Conselheira, que aceitou
303 a proposição. Sem manifestações contrárias, a proposta foi aprovada por unanimidade.
304 Lara Aquino apresentou uma proposta enviada por uma servidora que solicitou anonimato,
305 para que seja composta uma Comissão para fazer o diálogo com a Câmara dos
306 Deputados sobre o posicionamento do Conselho Superior. A proposta foi colocada em
307 apreciação, sendo aprovada por unanimidade. Os Conselheiros Patricia Teixeira, Conrado
308 Lara, Rodolfo Fiorucci, Cleverton Vicentini, Lara Aquino e Nilton Brandão voluntariaram-se
309 para participar da Comissão. Lara cedeu sua participação ao Conselheiro Cleverton.
310 Patricia solicitou uma questão de ordem, para que a Comunicação do IFPR assessore a
311 Comissão, uma vez que é ela que possui atributos e competências para produzir notas
312 para a imprensa. A sugestão foi acatada pelo presidente. Na “**Comunicação dos**
313 **Conselheiros**”, Nilton Brandão falou sobre as eleições das SCPPDs que estão ocorrendo
314 no momento, e propôs que na próxima reunião do Consup seja avaliada a possibilidade
315 de regulamentar internamente a exigência de vacina para as atividades presenciais, como
316 forma de proteção coletiva. Cleverton Vicentini propôs a ideia de trazer para o Consup a
317 possibilidade de inclusão de um servidor aposentado como membro do Conselho
318 Superior. O presidente informou que os documentos institucionais estão sendo revistos, e
319 que acredita que a questão possa ser levada ao debate. Dayane Gomes agradeceu as
320 sugestões enviadas pelos TAEs para o Programa de Gestão, reforçando sua condição de
321 representante no Conselho e ressaltando que ninguém está autorizado a falar em seu



INSTITUTO FEDERAL

Paraná



Ministério da Educação

322 nome. Rodolfo Fiorucci solicitou ao Conselheiro Paulo Yamamoto um prazo maior para
323 encerramento da execução orçamentária. Paulo Yamamoto informou que está verificando
324 com a equipe, e que a ideia é adiar o prazo até a próxima sexta-feira. Marcelo Estevam
325 agradeceu as contribuições com a pesquisa, extensão, inovação e pós-graduação no
326 período de pandemia, e falou sobre a importância do Programa de Gestão e o apoio dos
327 Pró-Reitores. O presidente informou que, para fazer justiça, o pedido de reenquadramento
328 do Campus Paranavaí mencionado na reunião de hoje, já corre desde 2018. A respeito da
329 sugestão de Nilton Brandão, falou que sobre as complicações em virtude de não haver
330 uma lei estadual a respeito do tema, e que já há um parecer da Procuradoria Federal
331 sobre o assunto. Após considerações, agradeceu a presença de todos e declarou
332 encerrada a reunião às quinze horas, da qual eu, Simone Block Samulewski, da
333 Secretaria dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada será
334 assinada pelo presidente e demais presentes.

335 Odacir Antonio Zanatta

336 Camille Proença Vieira

337 Ciro Bachtold (substituto de Ana Radis)

338 Cleverton Vicentinni

339 Conrado Lara

340 Dayane Gomes

341 Everton Ribeiro (substituto de José Barbosa)

342 Iara Aquino Henn

343 Irineu Mario Colombo

344 Marcelo Estevam

345 Marcelo Mazzetto

346 Mateus Das Neves Gomes

347 Nilton Brandão

348 Patricia Teixeira

349 Paulo Yamamoto

350 Rafael Poltronieri

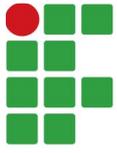
351 Reinaldo Nishikawa (substituto de Vanessa Vogt)

352 Rodolfo Fiorucci

353 Rosana Veronese

Ata enviada via e-mail aos Conselheiros na data de 25/11/2021, e homologada na reunião ordinária de 09/12/2021.

Daniel Antonietto Chagas
Secretaria dos Órgãos Colegiados



INSTITUTO FEDERAL
Paraná

354 Silvana Aparecida Marcondi.



Ministério da Educação